

Universidade de Taubaté
Bruno Moraes Inácio

Independência: revolução e contra-revolução:
uma análise historiográfica da obra de José Honório
Rodrigues

Taubaté - SP

2020

Universidade de Taubaté
Bruno Moraes Inácio

Independência: revolução e contra-revolução:
uma análise historiográfica da obra de José Honório Rodrigues

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado ao Departamento de Ciências Sociais
e Letras da Universidade de Taubaté, como parte
dos requisitos para colação de grau no curso de
Licenciatura em História.

Orientadora: Profa. Dra. Rachel Duarte Abdala

Taubaté - SP

2020

**Grupo Especial de Tratamento da Informação - GETI
Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI
Universidade de Taubaté – UNITAU**

I373i

Inácio, Bruno Moraes

Independência : revolução e contra-revolução : uma análise historiográfica da obra de José Honório Rodrigues / Bruno Moraes Inácio. -- 2020.

46 f.

Monografia (graduação) – Universidade de Taubaté, Departamento de Ciências Sociais e Letras e Serviço Social, 2020.

Orientação: Profa. Dra. Rachel Duarte Abdala, Departamento de Ciências Sociais e Letras.

1. Independência do Brasil. 2. José Honório Rodrigues. 3. Historiografia. I. Universidade de Taubaté. Departamento de Ciências Sociais e Letras e Serviço Social. Curso de História. II. Título.

CDD – 981

À minha família.

Agradecimentos

À minha querida Vitória, pelo mais importante apoio enquanto escrevia estas linhas.

À Profa. Dra. Rachel Abdala, pela paciência e disponibilidade com que me orientou e pelas sugestões que tanto contribuíram ao trabalho.

À Universidade de Taubaté que proporcionou o desenvolvimento deste estudo.

Resumo

Este estudo tem por finalidade entender a proposta de José Honório Rodrigues em *Independência: revolução e contra-revolução*, colocando-a em perspectiva historiográfica. Primeiramente, entende-se o contexto em que foi concebida a obra, depois busca-se explicar suas principais teses para que, por fim, seja possível entender qual lugar a obra ocupa na historiografia brasileira. Para tanto, foram utilizados além dos livros do autor, textos referência no estudo da historiografia da independência, estabelecendo um diálogo da obra com outras interpretações sobre o tema. A relevância de José Honório Rodrigues como historiador e a condição de teoria superada que a historiografia reservara para a obra impulsionaram o questionamento sobre seu legado.

Palavras-chave

Independência do Brasil; José Honório Rodrigues; Historiografia

Sumário

Introdução.....	7
Capítulo 1. O historiador e a obra em seu contexto.....	11
1.1 O historiador como objeto de estudo.....	11
1.2 O momento histórico na historiografia da Independência.....	15
Capítulo 2. A Independência em José Honório Rodrigues.....	19
2.1 Revolução e contrarrevolução.....	20
2.2 O mito do desquite amigável.....	26
2.3 A periodização.....	30
Capítulo 3. O lugar da obra na historiografia brasileira.....	35
3.1 A vitória permanente da contrarrevolução.....	35
3.2 Uma obra nacionalista.....	38
Considerações finais.....	43
Referências Bibliográficas.....	45

Introdução

A História da Independência do Brasil sempre despertou o interesse de historiadores brasileiros e estrangeiros, tendo encontrado mãos que a escrevesse ainda no século XIX. No decorrer desses quase 200 anos que nos separam do Sete de Setembro, muitas foram as interpretações dedicadas a explicar o que ocorreu no processo de separação do Brasil, quando este se desenvolveu com tantas peculiaridades em relação às demais independências da América Latina, ou até mesmo à norte-americana. Não obstante, a historiografia da Independência encontra-se em pleno desenvolvimento, figurando um tema que marcou toda a evolução do estudo de História no Brasil, e com o qual inúmeras correntes historiográficas brasileiras tiveram que lidar (MALERBA, 2006, p.19), também porquê a evocação do registro oficial da Independência para fins de afirmação político-ideológica sempre fora alvo dos governos e das instituições brasileiras civis e militares, principalmente em datas comemorativas. Houve, portanto, momentos de grande interesse deste período por parte de historiadores brasileiros e estrangeiros, resultando em diferentes interpretações.

O centenário e o sesquicentenário da Independência, respectivamente em 1922 e 1972, foram momentos de ebulição do tema na historiografia brasileira, conforme observado por Jurandir Malerba e Wilma Peres Costa, historiadores dedicados ao tema. Nestas datas comemorativas, foram apresentadas teses que afirmavam as versões oficiais e teses revisionistas do que teria sido a Independência do Brasil. A obra que constitui o objeto de estudo deste trabalho foi concebida no bojo do sesquicentenário, entretanto possui caráter revisionista e crítico em relação à historiografia oficial, tendo contrastado com as versões sustentadas pelo Regime Militar após o Golpe de 1964.

Independência: revolução e contra-revolução (1975), de José Honório Rodrigues, que separada em cinco volumes, constitui uma das maiores obras, ao menos em volume (1464 páginas), dedicadas à Independência do Brasil, é resultado de intenso trabalho de pesquisa por parte do historiador. Nela, é apresentada a ideia de que para se obter a emancipação de Portugal, existiu no Brasil a Revolução da Independência, garantindo a separação da colônia, a unidade territorial e a formação do Estado Nacional, mas que não chegou a se consolidar como alteração da estrutura social e perdeu o caráter

revolucionário pois foi sufocada pela contrarrevolução¹, encarnada em D. Pedro e parte da elite brasileira da época, principalmente com a dissolução da Assembleia Constituinte de 1823 e o banimento de José Bonifácio do governo e do país. Para o autor, este é o início de um processo, infelizmente, comum na História do Brasil, em que a elite minoritária detentora dos poderes sufoca as aspirações nacionais e desmantela os movimentos revolucionários de alteração da estrutura social, culminando sempre na vitória da contrarrevolução.

A importância de Rodrigues como historiador, tendo em vista o volume de sua produção, o pioneirismo nos trabalhos sobre Teoria da História e Historiografia no Brasil, o grande serviço prestado à manutenção de nossa memória enquanto esteve à frente do Arquivo Nacional e as importantes obras interpretativas sobre a história e formação do povo brasileiro, já justificariam um estudo sobre suas produções. Contudo, *Independência: revolução e contra-revolução*, obra escrita em um período em que o autor já havia amadurecido seus conceitos e posições historiográficas, garantindo uma posição entre os grandes nomes da historiografia brasileira, não pareceu ter sido bem acolhida pelos meios universitários, encontrando “um respaldo não-desprezível, mais fora do que dentro de círculos especializados” (PIMENTA, 2009, p. 64). Também não foram encontrados trabalhos que pudessem elucidar a interpretação proposta por José Honório em *Independência*², sendo ela comumente citada como coleção de fontes e documentação, tirando o carácter interpretativo da obra, que quando lembrado, é reduzido ao nacionalismo característico do autor. José Honório produziu sua História da Independência, e esta, será o objeto deste trabalho.

Trata-se, portanto, de um esforço historiográfico, com a intenção de contribuir para o debate que envolve a historiografia do tema. Porém, não seria possível estabelecer uma análise historiográfica de uma obra histórica sem definir o conceito utilizado para historiografia, gerando assim um método de análise. Se neste trabalho, a obra *Independência: revolução e contra-revolução* é o objeto de estudo, deve-se perguntar: de que modo será analisada? Esta preocupação aparece no momento em que se percebe seu

¹No decorrer deste trabalho a palavra “contrarrevolução” será escrita sempre conforme o novo acordo ortográfico, exceto quando encontrar-se inserida em alguma citação ou no título da obra que será objeto de estudo nas próximas linhas, em que a palavra é escrita com hífen (contra-revolução). Desta forma, respeita-se a escrita original do autor, que data de antes das novas regras ortográficas.

²Para facilitar a escrita e a leitura do texto, a obra *Independência: revolução e contra-revolução* poderá também ser citada como *Independência*.

caráter narrativo, podendo-se cometer erros metodológicos de análise literária, ou apenas resumindo a obra em questão, sem problematizá-la.

Jurandir Malerba, em seu texto “Em busca de um Conceito de Historiografia”, se baseia em Benedetto Croce para estabelecer algumas bases para a análise de uma obra histórica:

O julgamento de uma obra de história deveria ser levado a cabo não pela quantidade e exatidão de informações que ela fornece. Claro que se deve sempre esperar que as informações dos livros de história sejam verdadeiras, senão por outro motivo, por que “a verdadeira exatidão é um dever moral” dos historiadores. Também não se deve julgar a obra histórica pelo prazer que o livro proporciona, pela excitação ou comoção que provoque; mas simplesmente por sua historicidade. (MALERBA, 2002, p.37)

Este conceito abordado por Malerba, adverte o historiador sobre o estudo de uma obra histórica, e permite, portanto, que este não cometa os erros metodológicos citados acima, sugerindo colocar a obra sob a perspectiva da historicidade que possui, ou seja, qual lugar ocupa dentro de um contexto historiográfico. Entendê-la no contexto de sua criação e questionar como dialoga com a historiografia do tema, esta é a problematização defendida nesta dissertação.

Ao primeiro capítulo cabe apresentar o leitor a José Honório Rodrigues, admitindo que não seria preciso devido ao lugar que ocupa o historiador na historiografia brasileira, mas justificando sua escolha como autor objeto de estudo, afim de munir uma análise mais abrangente da obra em questão. Depois, introduz o momento histórico em que foi produzido *Independência*, revelando um período de forte produção historiográfica do tema.

No segundo capítulo, a obra em si será o objeto de investigação. Para o entendimento da proposta de Rodrigues, foi estabelecido uma divisão em três temas: “Revolução e contrarrevolução”, “O mito do desquite amigável” e “A periodização”, com a pretensão de explicar as principais teses defendidas pelo autor nos cinco livros, pois o volume de informações encontrado é grande, e abranger todos os detalhes da produção, fadaria este estudo a um enorme resumo de uma obra histórica.

Por fim, é no terceiro capítulo que *Independência: revolução e contra-revolução*, é colocada em perspectiva historiográfica, sendo entendida sob a luz de autores que se dedicaram a estudar a historiografia do tema, como por exemplo, Wilma Peres Costa (2005), Jurandir Malerba (2006) e João Paulo G. Pimenta (2009).

Desta forma, espera-se entender qual tese apresenta e que lugar ocupa a obra de José Honório Rodrigues na historiografia da Independência, contribuindo, assim, para o debate historiográfico.

Capítulo 1. O historiador e a obra em seu contexto

1.1 O historiador como objeto de estudo

José Honório Rodrigues nasceu em 20 de setembro de 1913 na cidade do Rio de Janeiro. Formou-se na Faculdade de Direito da então Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro em 1937, sempre demonstrando interesse pelas ciências sociais, sobretudo pela História. Em 1940, em co-autoria com Joaquim Ribeiro, publica “*Civilização Holandesa no Brasil*”, obra que lhe renderia o 1º Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras. Os anos de 1943 e 1944 são também importantes na trajetória de Rodrigues, uma vez que a bolsa que recebera da Fundação Rockefeller permite seus estudos nos Estados Unidos, especializando-se em História, sobretudo na Universidade de Columbia. Nesse período José Honório desenvolve seus conceitos de Teoria da História, de modo que a historiografia brasileira e o ensino da História do Brasil passam a figurar para ele uma clara preocupação devido a inexistência de trabalhos consistentes até então no que se refere ao estudo do tema.

No fim da década de 1940, o autor publica uma de suas mais importantes obras: “*Teoria da História do Brasil*” (1949), em que desenvolve um verdadeiro manual sobre a escrita da História, tornando-se pioneira pela quantidade de temas que engloba e pela iniciativa única no Brasil ao se debruçar sobre a historiografia brasileira e os problemas que a pesquisa histórica oferece, afim de munir o historiador, o pesquisador ou o estudante de História das mais variadas ferramentas do conhecimento histórico. A quantidade de estudos de Rodrigues voltados para a escrita da História enquanto problema de pesquisa é enorme, podendo-se ressaltar livros como: “*Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*” (1949), “*As fontes da História do Brasil na Europa*” (1950), “*A pesquisa histórica no Brasil. Sua evolução e problemas atuais*” (1952), “*Historiografia del Brasil. Siglo VXI*” (México, 1957), “*História e historiadores do Brasil*” (1965), “*Vida e História*” (1966), “*História e Historiografia*” (1970), “*História da História do Brasil*” (1979) e outras dezenas de artigos, conferências e publicações que tratavam do tema, tornando o autor um pioneiro dos estudos historiográficos no Brasil. Um exemplo é a contribuição que trouxe para estudo da obra do historiador Capistrano de Abreu, cuja importância foi destacada por Rodrigues em diversas oportunidades, e estabeleceram, segundo Rebeca Gontijo, as “linhas mestras para a leitura da produção de Capistrano, ao

definir suas contribuições para a historiografia brasileira e, ao mesmo tempo, ao situá-lo em relação a uma tradição de estudos históricos” (GONTIJO, 2011, p. 277). A influência deste historiador em José Honório pode ser percebida ao longo de toda a sua produção, pois é a postura crítica e revisionista de Capistrano que Rodrigues adota, reconhecendo sempre a importância deste nos rumos da historiografia brasileira.

Em 1955 gradua-se na Escola Superior de Guerra, onde passa a conferenciar entre os anos de 1955 a 1964, período destacado pelo próprio autor como importante por se tratar de um momento em que ele passa a adotar uma postura de interesse pela “questão nacional”, procurando desvendar os problemas atuais por meio da História. Datam daí trabalhos como “*Aspirações Nacionais. Interpretação histórico-política*” (1963) e “*Conciliação e Reforma. Interpretação histórico-política*” (1965), voltados para a busca da identidade nacional em um momento delicado da história brasileira. Crítico da Ditadura Militar, tendo inclusive parado de conferenciar na Escola de Guerra a partir de 1964, Rodrigues vê na História sua ferramenta de combate, entendendo que é no passado que se encontram as respostas do presente. “*Aspirações Nacionais*” e “*Conciliação e Reforma*” são exemplos desta postura. Da mesma forma, “*Independência: revolução e contra-revolução*” (1975) foi concebida em plena ditadura, em um momento de produção que envolvia o sesquicentenário da Independência, e serviu como resposta às versões apresentadas pelo regime militar, conforme será destacado mais à frente. É neste período que José Honório passa a construir a ideia de uma História Combatente, conforme observado por Érika Uhiara, citando o próprio autor:

José Honório Rodrigues passou a desenvolver a ideia de História Combatente, fator que o levou, principalmente a partir da década de 1960, a divulgar em seus escritos, especialmente nos ensaios, a História como instrumento essencial para construção do futuro, pois, segundo afirmava, ela nos dá “o senso de realidade, que se compõe sempre de uma parte nova, e de uma antiga”, portanto, era necessário agir, partindo do pressuposto que: “A razão pela qual o presente é de tão grande peso para nós está em que nele temos uma tarefa a exercer e essa tarefa pesa muito mais sobre os jovens que sobre os velhos”. (UHIARA, 2014, p.12)

Nunca abandonando seu ofício de historiador, Rodrigues trabalhou também como servidor público, chegando à direção de instituições como a Seção de Pesquisas do Instituto Rio Branco, do Ministério das relações Exteriores (1948-1951), a Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional (1946- 1958) e o Arquivo Nacional (1958-1964), onde exerceu papel importante, contribuindo de forma expressiva na preservação e manutenção das fontes primárias, tão essenciais à História. Lecionou e foi conferencista em universidades e instituições no Brasil e no exterior, tendo participado ativamente do

debate intelectual durante as décadas em que esteve em pleno exercício de sua profissão, porém sem chegar a ocupar uma cadeira em nenhuma universidade brasileira, mesmo tendo recebido ofertas destas e de universidades do exterior. Sempre ativo e produzindo em grande volume, José Honório foi um erudito, e sua profissão, a de historiador. Suas preocupações sempre envolveram os problemas nacionais. Acreditava que a História é viva e não deve prender-se às amarras de historiografias oficiais, sendo um dever do historiador interpretar os fatos, entendendo-os em suas implicações no suceder histórico. Morreu em 06 de abril de 1987, no Rio de Janeiro, casado com Leda Boechat Rodrigues, figura importante para a vida e obra do historiador.

Muito mais poderia se escrever sobre a biografia do autor, pois foram muitos os projetos encarados por José Honório e muitos trabalhos já tomaram sua produção como objeto de estudo. Porém, para o presente estudo, a nota biográfica tem como finalidade apresentar ao leitor a importância do historiador para a historiografia brasileira. Francisco Iglesias, ao escrever sobre Rodrigues em 1988, entende que o historiador e sua obra ocupam lugar de objeto de estudo:

O legado aos contemporâneos e às gerações de estudantes que virão é uma obra abridora de rumos, não-convencional nem conformista, lição de pesquisa e elaboração. Com ela consagrou um nome na história da historiografia brasileira, para a qual contribuiu positivamente. Quem tiver, à maneira dele, o gosto pela reconstituição da trajetória historiográfica patricia, deverá dedicar-se à análise de quanto escreveu. Se a história da historiografia teve nele o mais constante cultor, José Honório passa agora a ser um capítulo significativo dessa obra a ser ainda muitas vezes escrita. Por diversas sejam as perspectivas do futuro autor - claro, haverá outros enfoques -, decerto seu trabalho será sempre ponto de partida. Vai ser revisto, contestado, assim como ele reviu e contestou, como fazem os autores de vivo sentido crítico. Não poderá, no entanto, ser ignorado, pois é referência obrigatória na produção de meados do século no país que tão intensamente amou, e cuja trajetória procurou apreender, e em cujo estudo muito influiu. (IGLESIAS, 1988, p.78)

Da mesma forma entenderam outros historiadores que se debruçaram sobre a obra de José Honório. Em 1976, com o autor ainda produzindo em larga escala, sua obra foi alvo de uma tese acadêmica pela primeira vez, com a dissertação de doutoramento de Raquel Glezer na Universidade de São Paulo: “*O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*”. Nela, a autora se propõe primeiro a analisar, por meio da bibliometria, toda a produção do historiador até o momento, reunindo suas publicações, e constatando que “entre 1936 a 1975 a produção do autor em questão foi de 1053 documentos” (GLEZER, 1976, p.19). A historiadora, portanto, segue buscando entender o lugar que o historiador e sua obra ocupam dentro da historiografia brasileira. Dá como sustento teórico de sua tese, a ideia de que a produção de um

historiador deve ser encarada como objeto de estudo da historiografia, sendo obra e autor parte do desenvolvimento histórico.

A análise da obra de história torna possível a formulação dos conceitos específicos que regem a produção histórica, permitindo a distinção entre o fazer e o saber, isto é, entre a metodologia e a teoria da história.

Para que isto se concretize, a obra de história, objeto de estudo na história da história, deve ser vista como um arquivo, e o historiador, como criatura histórica, deve ser inserido no desenvolvimento dos estudos históricos. A obra de história é o resultado de um modo de produção cultural, em determinado momento histórico, com a linguagem da época e o instrumental específico do historiador. (GLEZER, 1976, p.15)

Da mesma maneira, este Trabalho de Graduação entende a análise de uma obra de história como um objeto de estudo, dentro da concepção de que o autor e o momento histórico são partes do entendimento do lugar que ocupa tal produção. Glezer quis mostrar o lugar que a produção de José Honório, e desta forma o próprio historiador, ocupam na historiografia brasileira, procurando demonstrar o caráter de sua obra como um todo. Não cabe aqui analisar a tese, mas destacar sua relevância para todo o estudo que envolva a produção de José Honório Rodrigues, já que se tornará citação comum em praticamente todas as dissertações que tomam o autor como tema nos anos seguintes, e principalmente, resgatar sua justificativa do modelo de análise histórica, em que coloca a produção de José Honório com objeto de estudo historiográfico.

Outro exemplo de um trabalho acadêmico que tem na análise da produção do historiador, seu tema de dissertação, a tese de Mestrado de Érika Uhiara, *Ensaio de José Honório Rodrigues: em busca de uma historiografia brasileira* (UHIARA, 2014), publicada quase quarenta anos após a tese defendida por Glezer, mostra que a obra de Rodrigues continua viva e sendo objeto de estudo. Nela, Uhiara analisa, por meio de inúmeros ensaios produzidos pelo historiador, a contribuição do autor no desenvolvimento do estudo da historiografia brasileira, buscando entender sua visão no que tange aos conceitos da História. Para ela, José Honório:

(...) elaborou um projeto de escrita da história construído a partir da crítica da própria historiografia sobre o país, articulado pela necessidade premente de formar intelectuais mais ativos e críticos, elites melhor preparadas a partir da formação de cidadãos mais conscientes de seu papel na condução dos destinos da nação, tarefa, a seu ver, ainda por ser concluída. (UHIARA, 2014, p. 83)

Essa concepção diagnosticada pela historiadora parece ser importante para o entendimento do diálogo que Rodrigues estabelece durante toda sua produção com a

historiografia brasileira, podendo ser aplicada no entendimento da posição que adota o autor quando escreve o objeto de estudo deste trabalho.

A “história viva e combatente”, defendida por José Honório Rodrigues, é demonstrada nas linhas que compõe *Independência: revolução e contra-revolução*. Se no momento em que é concebida a obra, o país vive um momento marcado pelo autoritarismo da Ditadura Militar, também a produção historiográfica sobre Independência veio a ganhar muitas contribuições por conta das comemorações dos 150 anos do Sete de Setembro.

Desta forma, busca-se entender nas próximas linhas o teor da produção que envolveu tal historiografia neste período, entendendo que a obra de José Honório compõe um cenário de forte debate sobre a separação do Brasil de Portugal, em que o tema passa a ganhar novas perspectivas.

1.2 O momento histórico na historiografia da Independência

Do mesmo modo que as comemorações do primeiro centenário da Independência geraram um aumento significativo nos estudos a respeito do período (COSTA, 2005, p.67), durante o sesquicentenário não foi diferente. Se naquele, surgiram, por exemplo, as obras de Oliveira Lima (“*O Movimento da Independência*”, 1922), Tobias Monteiro (“*História do Império, A Elaboração da Independência*”, 1927) e Pedro Calmom (“*História da Independência*”, 1927), além de publicações de cunho oficial como “*O Ano da Independência*” (1922), publicado pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e considerado por José Honório “a melhor contribuição do primeiro centenário” (RODRIGUES, 1975, v.5, p.263), neste “um volume intenso de títulos veio a lume” (MALEBRA, 2006, p.22). Um dado interessante para o entendimento do que essas comemorações significaram para a historiografia da independência está na pesquisa apresentada por Jurandir Malerba em seu livro “*A Independência brasileira: Novas Dimensões*” de 2006. Nele o autor separa por períodos a produção historiográfica sobre a Independência, do fim do século XIX até 2002, demonstrando que de um total de 656 publicações, 126 foram concebidas de 1908 a 1930, enquanto 300 obras surgiram entre os anos de 1964 e 1980, ou seja, num período de quase duzentos anos, mais da metade

das publicações surgiram nestas datas comemorativas da Independência (MALERBA, 2006). Wilma Peres Costa, em seu texto “*A Independência na Historiografia Brasileira*”, que compõe a grande obra “*Independência: História e Historiografia*”, organizada por István Jancsó, afirma que durante as décadas de 1960 e 1970, “o tema Independência do Brasil veio a ganhar, nesse período, grande visibilidade, permeável como era, aos influxos da polarização política.” (COSTA, 2005, p.86) E prossegue:

A efeméride do Sesquicentenário (1972) foi comemorada com grande alarde pelo regime, nos planos dos discursos, das festividades públicas e das grandes expressões simbólicas. Em torno dela os militares organizaram um grande espetáculo cívico, fazendo repatriar os restos mortais de D. Pedro I com honras de chefe de estado, ao mesmo tempo que os Institutos Históricos do Rio de Janeiro e São Paulo promoviam exposições comemorativas e caprichosas edições de livros e documentos. (COSTA, 2005, p.86)

Para Wilma Peres Costa, “uma das características do debate sobre a Independência travado a partir dos anos 1970 é que ele passa a ter na Universidade um *locus* privilegiado, manifestando em trabalhos de teor acadêmico e teses universitárias. O processo refletia o amadurecimento da instituição universitária e também de sua interação com correntes e debates que se desenvolviam fora de seus limites” (COSTA, 2005, p.87). Um dos exemplos desta interação, para ela, encontra-se na obra dirigida por Sérgio Buarque de Holanda: *História Geral da Civilização Brasileira* (1962), que marca o período “integrando intelectuais de dentro e fora do meio acadêmico.” Ressalta, ainda, a influência do marxismo e da historiografia francesa, além da presença de Sérgio Buarque de Holanda, nos trabalhos de História a partir desta época, destacando que “ao mesmo tempo que abrigava essa interação profícua, a Universidade brasileira era atingida por violenta repressão política.” (COSTA, 2005, p.88).

A autora, traça um brilhante cenário da historiografia da época, mostra as principais linhas teóricas que balizaram os estudos sobre a Independência até os dias atuais. A década de 1970 ganha destaque sobretudo pela atuação da nova geração de historiadores acadêmicos, de formação diferente de José Honório Rodrigues. Teses de doutorado como a de José de Murilo de Carvalho, “*Elites and States Building in Imperial Brazil*” (1974), defendida na Universidade de Stanford, e a de Fernando Novais, “*Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial: (1777-1808)*” (1972), demonstram que a participação acadêmica crescia no debate historiográfico no Brasil, gerando obras referência no assunto. Assim afirmou Costa:

As polêmicas da década de 1970 estavam ancoradas em uma produção que crescia e se consolidava nas práticas acadêmicas dos grandes centros

universitários do País, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Parte significativa dessa produção desenvolvia-se tendo o marxismo por referência. Não devemos esquecer também o prestígio adquirido desde a década de 1960 pelas versões keynesianas da teoria do desenvolvimento, que conferiam grande importância à esfera do Estado, como agente privilegiado no fomento de um projeto nacional. Estas foram razões importantes, embora certamente não exclusivas, pelas quais os temas de história econômica ganhavam no período grande visibilidade, atribuindo-se ao seu esclarecimento a capacidade de iluminar aspectos fundamentais da dinâmica política. (COSTA, 2005, p. 98)

Os trabalhos de Carlos Guilherme Mota na organização de *Brasil em Perspectiva* (1968) e *1822: Dimensões* (1972) são importantes, na visão da autora, por apresentar uma compreensão da emancipação brasileira inserindo-a em um contexto global e entendendo-a dentro do processo de crise do Antigo Regime, ao mesmo tempo que busca “apreender o movimento de Independência em suas manifestações diversas no território da América Portuguesa.” (COSTA, 2005, p.88). Os livros reúnem textos de diversos historiadores de carreira acadêmica, que trazem novas reflexões ao debate. Como exemplo desta visão, que muito influenciou no debate historiográfico, pode-se destacar, ainda sob a luz de Wilma Peres Costa, as interpretações de Emília Viotti da Costa, em “*Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil*” que contribui ao “*Brasil em Perspectiva*” (1968), e os textos de Maria Odila da Silva Dias, “*A interiorização da metrópole (1808 -1853)*”, e Fernando Novais em “*Dimensões da Independência*”, ambos compondo o “*1822: Dimensões*”. Cada um desses autores, à sua maneira, rompe com a historiografia oficial que tende a destacar o papel da Monarquia em um processo de criação da nação. Nestes trabalhos, a tendência é encarar o processo dentro da complexidade das crises do Antigo Regime, buscando entender os fatores peculiares à América Portuguesa.

Wilma, ao justificar a escolha pelo texto de Emilia Viotti, diz que esta se deu pela “marcante influência que exerceu nos contemporâneos, sendo um dos mais completos exemplos de interpretação da Independência explorando as possibilidades do marxismo.” (COSTA, 2005, p.89). Do mesmo modo, os trabalhos de Fernando Novais são referência de uma interpretação muito inspirada em Caio Prado Júnior, vendo também a Independência como um processo revolucionário, conforme observamos em Costa:

A principal interpretação de Fernando Novais, em relação a de Caio Prado Júnior, com importantes consequências para o estudo da Independência, foi produzir alargamento no escopo da análise, ao pensar a colonização moderna como sistema que integrava o processo de construção do capitalismo mundial. (COSTA, 2005, p.94)

O tema da Independência do Brasil, portanto, foi alvo tanto do oficialismo conservador do regime militar, quanto do revisionismo crítico de uma historiografia como

a de Rodrigues, mas é na universidade que ele encontra as contribuições mais significativas para a historiografia brasileira dos anos que se seguiram. O único destes trabalhos acadêmicos citados por José Honório na breve análise que faz da historiografia da independência no livro terceiro do quinto volume de *Independência*, é o de Carlos Guilherme Mota em “1822: *Dimensões*” (1972), que, para o autor, figura-se “contendo colaborações de vários autores, sobre aspectos diversos, sem unidade orgânica, e muito desequilibrado no valor da pesquisa e da contribuição. ” (RODRIGUES, 1975, v.5, p.263). Não é assim que a historiografia brasileira trata as publicações acadêmicas desta época, no entanto, José Honório não as leva em consideração, tendo, portanto, pouco ou nenhum diálogo com as demais obras publicadas no período em que concebe *Independência*.

O que parece importante notar é que José Honório Rodrigues escreve e publica sua versão da Independência em um momento de ebulição da historiografia do tema, marcado tanto pelo oficialismo do regime militar quanto pelo revisionismo universitário, sobretudo de influência marxista. Se, em sua obra, ele não dialoga com os trabalhos acadêmicos, em todo o momento se contrapõe a versão oficial da historiografia conservadora.

Capítulo 2. A Independência em José Honório Rodrigues

Conforme dito anteriormente, *Independência: revolução e contra-revolução* é uma obra em cinco volumes que, divididos em: *A Evolução Política, Economia e Sociedade, As Forças Armadas, A Liderança Nacional e A Política Internacional*, compõe a teoria honoriana sobre o período em questão. Os livros são repletos de referências às fontes primárias, não apenas constituindo a História da Independência escrita por um historiador da relevância de José Honório, como servindo de guia para os estudos do período, trazendo consigo, inclusive, documentos inéditos publicados no quinto volume. Também o grande número de trechos transcritos na obra é intencional, pois o autor ressalta o difícil acesso por parte dos estudantes da época a tais documentos, oferecendo uma grande seleção de fontes primárias e obras secundárias que compõe parte significativa para o estudo da Independência.

Sem negar o caráter documental que a obra possui, trataremos a seguir da tese que o autor apresenta, podendo ser vista logo no primeiro parágrafo do primeiro livro da obra:

Esta obra defende a tese de que a Independência não foi um movimento, mas uma revolução, contida por D. Pedro, no meio do caminho, com a demissão e o banimento de José Bonifácio; sustenta também que não foi um desquite amigável, mas uma guerra, maior que a de muitas independências da América, na durabilidade e mobilização de forças. Quando não houve luta, houve exibição de força que continha e afastava o inimigo. (RODRIGUES, 1975, v.1, prefácio)

A quantidade de detalhes e assuntos trabalhados nos livros, não permite que este estudo consiga englobar tudo o que foi escrito nas mais de mil e quatrocentas páginas em que José Honório conta sua História da Independência. Na obra, a maioria dos temas necessários para o entendimento do período foram trabalhados, uns em maior grau que outros, e a riqueza de detalhes e citações é fruto do estudo extenso e da dedicação apaixonada, características deste historiador. Portanto, para o presente capítulo, foram escolhidos três assuntos que servirão de norte para que se possa entender os mais importantes pontos da interpretação de José Honório Rodrigues. A intenção é entender o porquê o autor dá ao processo o nome de “revolução e contrarrevolução”, depois explicar sua visão de uma independência cruenta. Por fim, a periodização proposta por ele é destacada, pois muito difere das demais periodizações atribuídas ao período por outros historiadores.

Porém, não é a intenção, como já citado na introdução, produzir um resumo da obra, mas sim problematizá-la de uma perspectiva historiográfica. Portanto, se o terceiro

capítulo tentará entender o lugar que a obra ocupa dentro da vasta produção sobre o tema, nas próximas linhas, as principais teses contidas em *Independência: Revolução e Contra-Revolução* serão trabalhadas em seu conteúdo, sendo a periodização escolhida por Rodrigues a ferramenta metodológica utilizada para colocar o autor em confronto com outras interpretações, tentando estabelecer um diálogo entre as obras. Para este exercício, foram escolhidos os textos de Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, dois cânones de nossa historiografia. A escolha mostra-se arbitrária, mas fundamenta-se no seguinte recorte: os dois historiadores além de produzirem interpretações que serão referência para todos os estudos da Independência, tendo, inclusive, estabelecido correntes de pensamento que foram adotadas mais à frente em nossa historiografia, publicaram suas teorias antes da publicação de *Independência: revolução e contra-revolução* e não aparecem na obra. José Honório praticamente ignora as publicações a partir da década de 1930. Portanto, o estudo permite não apenas o entendimento da tese de Rodrigues, mas a confronta no que diz respeito a periodização, com duas das principais teses da historiografia brasileira da Independência no século XX, afim de contribuir para o debate historiográfico do tema.

2.1 Revolução e contrarrevolução

A Revolução da Independência, a única revolução que teve possibilidades de vitória, pois no Brasil só a contra-revolução é que sai vitoriosa, foi comandada inicialmente pelos moderados, sucedidos não pelos radicais, mas pelos contra-revolucionários. (RODRIGUES, 1975, v.5, p.221)

Conforme observado no título da obra, a tese principal de José Honório consiste em afirmar que o processo de separação do Brasil com Portugal deve ser entendido como uma revolução, porém o fato de que a contrarrevolução seja parte do nome do livro evidencia o peso que o autor coloca sobre os dois conceitos. Para ele, tão importante quanto entender que a Independência se deu de modo revolucionário, é entender que a contrarrevolução a conduziu a um desfecho danoso e caro, em que tanto freou as mudanças significativas nas estruturas sociais do país, quanto recolocou o Brasil no absolutismo. Contrariando versões da historiografia tradicional que sempre cedeu à D. Pedro I papel decisivo de liderança na Independência, o autor deixa claro a dualidade nas ações do Príncipe, que a princípio mostra-se mais fiel à seu pai na manutenção do trono

do que inclinado a liderar uma revolução contra Portugal, porém destaca que “na evolução de D. Pedro para a independência – um caminho que não era contrarrevolucionário, mas desdenta e descaracteriza a revolução -, duas influências foram decisivas: o efeito negativo das Cortes e o positivo de José Bonifácio.” (RODRIGUES, 1975, v.5, p.223) D. Pedro é levado à Independência, o príncipe, por si só não conduz o processo. Uma frase muito utilizada por Rodrigues, e de autoria do tenente-coronel José Maria Peixoto, é a que sugere que “os fatos encaminharam os homens e não estes àqueles” (RODRIGUES, 1975, v.4, p.11), pois assim se deu, na visão do autor, principalmente com D. Pedro I, quando este conduziu, sobretudo por influência e orientação de José Bonifácio, a Independência do Brasil.

Com a partida de D. João VI e a Regência de D. Pedro I, que na época tinha vinte e dois anos, o país vive um momento de maior liberdade interna, principalmente com o grande número de periódicos surgidos a partir de 1821. Um exemplo citado pelo historiador é que “ de um único jornal passara o Rio de Janeiro a possuir, em 1821, 11 periódicos, em sua maioria atuantes na vida política.” (RODRIGUES, 1975, v.4, p.157)

A ideia de que o Brasil se tornara muito maior do que Portugal, e este sobrevivia exclusivamente dependente do comércio brasileiro, já era forte nos meios intelectuais e políticos da época, e o que a elite brasileira buscava era a manutenção do status político e das liberdades comerciais de que passaram a desfrutar principalmente após a vinda da família real em 1808.

A princípio, a solução moderada era a autonomia política do Brasil, a manutenção do status quo. Se não houvesse Rei aqui, haveria um delegado Real do Poder Executivo, não mais um Vice-Rei, como nas colônias, mas um Príncipe Real, como convinha a um Reino. (RODRIGUES, 1975, v.5, p. 222)

As Cortes, convocadas para fazerem valer os ganhos liberais conseguidos pela “Revolta de 1820”³ por parte da burguesia portuguesa, inseriram as províncias brasileiras no debate, mas não tardou para que o desejo recolonizador dos portugueses se manifestasse politicamente por meio delas. Se a princípio, a solução brasileira tendia a ser moderada, apostando em certa igualdade com Portugal e na liberdade econômica, enquanto era mantida a Monarquia e o Reino, logo as ações tomadas pelas Cortes

³ O autor refere-se ao movimento liberal de 1820 em Portugal como “revolta” e não “revolução” como costuma ser mais comum na historiografia brasileira. Ver Rodrigues (1975, v.1, p.69).

fortaleceram o sentimento separatista e, a Independência, é, também, fruto de uma reação às Cortes. Assim descreveu José Honório:

As leis e atos executivos ordinários estabelecendo a organização provincial, com a independência do comando das armas ao governo metropolitano, a decisão de fazer voltar D. Pedro; a extinção dos tribunais; a delegação do Poder Executivo, no Brasil, não ao Príncipe Real, mas a uma Regência de cinco membros, da qual poderiam algumas províncias ficar independentes e sujeitas imediatamente a Portugal, com o conseqüente desmembramento da integridade territorial; as relações comerciais postas em nível colonial; tudo, absolutamente tudo, mostrava que as Cortes e sua obra eram intoleráveis ao Brasil. [...] a verdade é que as Cortes fizeram o que puderam para inspirar e fortalecer o espírito da independência. (RODRIGUES, 1975, v.1, p138)

Existe por tanto a ideia, na obra, de que não se deve entender a Independência como fruto de um acordo pacífico, mas sim uma conquista, originada de intensa movimentação política e militar. As ações das Cortes suscitaram nos brasileiros reações necessárias, sobretudo para a manutenção da autonomia de uma colônia que se tornara muito maior que a metrópole. Se D Pedro foi elevado à posição de líder da Independência pela historiografia oficial, José Honório escancara as diversas faces do príncipe, que a princípio evitou a separação, mas depois se viu conduzido a defendê-la.

No quarto volume intitulado *A Liderança Nacional*, o autor dedica dois capítulos às figuras que lideraram à Independência, como, por exemplo, os irmãos Andrada, sobretudo José Bonifácio que é entendido na obra como principal condutor do movimento, José Clemente e Joaquim Gonçalves Ledo, figuras fundamentais para o entendimento da cena política que resultou na Independência. Durante toda a obra, descrevendo o cenário político que levou às Guerras e mobilização de tropas, e se baseando nos documentos públicos oficiais, nas publicações da imprensa e nos relatos de viajantes estrangeiros como Maria Graham, por exemplo, o historiador dá aos participantes da vida política da época destaque fundamental para a entender o que foi a conquista da independência. Para ele uma conquista de envolvimento nacional, mas comandada e sustentada pelo Rio de Janeiro, sobretudo pelo comando exercido por José Bonifácio durante seu ministério. Esse é um ponto da obra de Rodrigues em que deve haver um destaque. Para ele:

José Bonifácio não foi um homem de ordinária medida. Ele foi o maior dos brasileiros de todos os tempos, incomparável nos seus valores, virtudes, e que nos deu, a todos os brasileiros, a posse de nós mesmos, e ao Brasil a liberdade nacional e a independência. (RODRIGUES, 1975, v.4, p.35)

Combatendo a vasta “historiografia antibonifaciana”⁴, para o autor, uma herança de Varnhagen, José Honório traz José Bonifácio como principal agente da Revolução. Para ele, a formação de seu ministério foi fundamental na organização do que viria a se tornar o Estado Brasileiro. Para o autor:

foi ele um acelerador do processo histórico, e pôde, em um ano, cinco meses e vinte e nove dias, ser o responsável e o executor da política inflexível que caminharia passo a passo, custasse o que custasse, para a liberdade política nacional, inspirando D. Pedro e levando-o a conduzir o processo da Independência; criando a marinha e o exército; dirigindo a guerra; conseguindo os recursos; enfrentando o ódio português; declarando inimigas as tropas mandadas de Portugal; determinando o sequestro dos bens portugueses; tomando, enfim, todas as medidas que as circunstâncias exigiam, e, ao lado de tudo isso, não se esquecendo de formular um vasto e profundo programa de reformas sociais e econômicas. (RODRIGUES, 1975, v. 5, p. 224)

Na obra, o patriarca é visto como um estadista, que foi capaz de fundar um exército e uma marinha, promover a unidade territorial e organizar a administração de um país que ainda não existia. Suas aspirações sociais, seus planos de governo e sua atuação no reconhecimento da Independência são encarados pelo historiador como argumentos para sustentar a tese de revolução não concretizada, pois existe na obra a ideia de que os planos de governo de José Bonifácio continham medidas revolucionárias, que se aplicadas, seriam capazes de alterar a organização social do Estado brasileiro.

“O plano revolucionário de José Bonifácio se compunha da reforma agrária; da abolição do tráfico; da abolição gradual da escravidão; da incorporação dos índios, ainda não tão exterminados; da recuperação financeira com empréstimo interno, e não externo; da convocação da Assembleia Constituinte; da primeira lei de imprensa; do primeiro código eleitoral; da negociação diplomática para o reconhecimento; da afirmação da soberania nacional; da defesa da integridade territorial e de sua unidade e indivisibilidade; do anticolonialismo; da liberdade comercial; da não-intervenção; da autodeterminação; da paz; enfim, da política externa própria e independente.

Era quase uma revolução, e D. Pedro não a queria. [...]”

(RODRIGUES, 1975, v.5, p229)

Baseando-se principalmente na administração do paulista, José Honório caracteriza o movimento da Independência como revolucionário, permitindo entender, que para ele, a expulsão de José Bonifácio e a dissolução da Assembleia Constituinte colocam a Independência no caminho contrarrevolucionário. Para o autor, “a queda de José Bonifácio marca o início da contrarrevolução.” (RODRIGUES, 1975, v.5, p.230)

A queda de José Bonifácio significou o afastamento de seu plano de reformas estruturais, que teria libertado o Brasil do regime colonial. A não ruptura com o sistema colonial foi um dos elementos responsáveis pelo

⁴ Sobre este assunto, ver Rodrigues (1975, v.4, p.24)

subdesenvolvimento brasileiro, visto a longo prazo. (RODRIGUES, 1975, v.5, p.230)

Para sustentar a tese de que a separação foi um movimento revolucionário, Rodrigues afirma, principalmente, que a Independência se deu com guerras, contrariando a vertente historiográfica que sugere uma transição de poderes pacífica. Aqui destaca-se que esta teoria é fundamental para entender a proposta do autor, e por isso será trabalhada separadamente mais à frente. Para ele, “ a Independência foi o fruto de uma guerra, não uma dádiva de Portugal, nem um presente da Casa de Bragança. ” (RODRIGUES, 1975, v.5, p.228)

Por tanto, se a obra apresenta a Independência do Brasil caminhando por vias revolucionárias, a todo momento destaca o caráter contrarrevolucionário desta. Não seria possível admitir que a Revolução da Independência foi um sucesso. Não modificou as estruturas sociais e nem econômicas, para o autor “a Independência não foi uma revolução concluída em todos os seus efeitos políticos, sociais e econômicos. Este é o seu primeiro sentido.” (RODRIGUES, 1975, v.5, p.240). Para o autor, “a queda de José Bonifácio marca o início da contra-revolução. ” (RODRIGUES, 1975, v.5, p.230).

Quando afirma que a liderança da Independência foi sucedida pelos contrarrevolucionários, José Honório entende que D. Pedro e a elite que o apoiara, conduziram o Brasil a um regime absolutista, em que foram suprimidos os direitos de participação política, e conseqüentemente, as reformas sociais. O país fora impedido de seguir rumos revolucionários. “Deste modo, a estrutura arcaica permanecia imutável, e a legislação anacrônica dificultava o processo de desenvolvimento. ” (RODRIGUES, 1975, v.5, p. 231)

O desfecho do movimento se dá com a “compra da Independência”, segundo o autor, “um ato sem precedentes na história das independências europeias e latino-americanas”, evidenciada no Tratado de Reconhecimento de Portugal e nos “tratados com a França e com a Inglaterra, que restringiam nossa liberdade comercial – tudo isto dá um caráter contra-revolucionário à Independência”. (RODRIGUES, 1975, v.5, p.239). O Tratado legou ao Brasil um sistema econômico que o manteve por muito tempo encarregado de pagar pelos erros dos portugueses, contribuindo decisivamente para impedir o desenvolvimento econômico brasileiro.

Outro elemento importantíssimo da contra-revolução foi o empréstimo de 1824, que a financiou e a consolidou, até que o Parlamento, tímido, embora, na sua reabertura, em 1826, se encorajasse, se revigorasse e comesse a pedir

satisfações a D. Pedro pelo desvio da revolução da Independência. (RODRIGUES, 1975, v.5 p. 232)

Desta forma, pode-se concluir que para Rodrigues a Independência foi fruto de uma revolução que garantiu a separação da metrópole, porém que não foi concretizada, pois atos como a dissolução da Assembleia de 1823, a expulsão de José Bonifácio e o Tratado de Reconhecimento evidenciam a contrarrevolução, que perpetuou as estruturas sociais arcaicas, colocando o Brasil de volta ao absolutismo e impedindo o desenvolvimento nacional.

A Independência do Brasil como uma revolução, constitui uma ideia que não aparece pela primeira vez com José Honório Rodrigues, e como exemplo pode-se citar a visão também crítica de Caio Prado Júnior sobre o período. O historiador, em seu livro *“Evolução Política do Brasil”* (1933) define a separação do Brasil de sua antiga Metrópole como uma “revolução constitucional”, em que o termo “revolução” representa apenas a conquista brasileira de se libertar das amarras coloniais, adquirindo a emancipação política em relação a Portugal em moldes constitucionais, constituindo uma conquista da classe dominante brasileira em relação à dominação portuguesa.

As relações de classes existentes, e contra que se insurgiam, ainda se encontravam solidamente alicerçadas na estrutura econômica fundamental do Brasil que descrevemos nos primeiros capítulos deste livro, e que não somente não se alterara, como prosperava; as relações de classe dela derivadas não se podiam, por isso, modificar sensivelmente. E assim a luta popular contra elas desencadeada não as atingira, e a revolução não irá além daquilo que o Brasil estava preparado, isto é, a libertação do jugo colonial e a emancipação política. Reformas mais profundas teriam ainda de esperar outros tempos e outro momento mais favorável e avançado de evolução histórica do país.

A agitação popular será por isso dominada, serenando aos poucos. E permanecerá mais ou menos intacta a organização social vigente. É simplesmente no sentido da Independência que evoluirá a revolução constitucional. (PRADO, 1986, p.51)

É notório que o sentido de revolução aplicado à Independência por José Honório Rodrigues e Caio Prado Júnior se diferem em seus sentidos e justificativas. Se este entende a revolução constitucional como um efeito de um antagonismo de classes entre a elite brasileira e a elite portuguesa, sem reformas ou consequências mais profundas do que a emancipação política, aquele descreve a Independência como um movimento de âmbito nacional que garantiu a formação do Estado nacional por meio de guerras, figurando uma revolução, que se não se concluiu em seus propósitos, é porque foi freada pelas ações da contrarrevolução.

Outras teorias que entendem a Independência como revolução surgiram no bojo do sesquicentenário, como a teoria de Fernando Novais que segue a linha marxista de Caio Prado Júnior, mas não dialogaram com a revolução contada por Rodrigues, entendida como uma visão nacionalista. José Honório também não estabeleceu diálogo com tais correntes históricas, enquanto a ideia de que a independência não se deu de maneira revolucionária ganhou o debate historiográfico nas décadas seguintes.⁵

2.2 O mito do desquite amigável

Uma das principais teses que o livro de José Honório Rodrigues busca derrubar, o mito do “desquite amigável” mereceu a atenção do autor por várias vezes na obra. Quem cunhou o termo foi Oliveira Lima, mas a ideia segue a tradição de Francisco Adolfo Varnhagen⁶. É, principalmente, com estes dois grandes historiadores que José Honório trava sua batalha historiográfica de derrubar o mito de uma Independência incruenta. A ideia de uma independência pacífica e amigável, é para o historiador um mito construído a partir de uma tese conservadora, que desde os tempos do Império figura como uma história oficial e tem custado caro à historiografia posterior. No prefácio do terceiro volume *As Forças Armadas*, Rodrigues afirma:

Este volume sustenta a tese de que a Independência não foi um desquite, uma separação amigável, como afirmou Oliveira Lima, no seu *O Movimento da Independência*. Foi uma guerra, quer pela mobilização de forças no Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Cisplatina, quer pelos combates na Bahia, no Piauí, no Maranhão e no Pará. (RODRIGUES, 1975, v.3, Prefácio)

Esta teoria defendida por José Honório durante os cinco livros, pode ser considerada um dos pilares mais importantes para a sustentação da tese principal que autor traz já no título da obra, pois é também na constatação de que a Independência do Brasil foi uma conquista, conseguida por meio da mobilização de Forças Armadas e apoio de grande parte do povo brasileiro, envolvendo a maioria das províncias e culminando em guerras comparáveis às demais independências na América, que o autor entende ter existido uma revolução. Para ele, houve guerras e demonstração de força durante o período em que se desdobraram os acontecimentos da Independência. A organização e

⁵ Ver Pimenta (2009, p. 74)

⁶ Sobre este assunto, ver Rodrigues (1975, v.3, p.38).

mobilização de um Exército e Marinha nacionais, ainda que composto também por estrangeiros, e as campanhas militares empregadas nas batalhas, sobretudo no Norte e Nordeste de um país ainda fragmentado, são frutos do Ministério de José Bonifácio e foram fundamentais para a conquista da Independência. Defender o território, por tanto, exigiu, na visão do autor, guerra ou demonstração de força, contradizendo a ideia de um desquite amigável e pacífico.

José Honório entende que a versão oficial da Independência incruenta serviu para “valorizar obra da Casa de Bragança, para obscurecer o papel dos brasileiros, para favorecer o congraçamento luso-brasileiro” (RODRIGUES, 1975, v.3, p.33). O autor, analisando fontes primárias como, por exemplo, os registos publicados pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com documentos oficiais e as publicações de jornais da época, ao mesmo tempo em que cita as fontes secundárias como as obras de Tobias Monteiro, Oliveira Lima, Varnhagen, Braz do Amaral e outros, conclui que “vem de longe o mito da Independência doada em paz” (RODRIGUES, 1975, v.3, p.35). Cita, por exemplo, o depoimento na maçonaria do então tenente-coronel, e depois brigadeiro, José Maria Pinto Peixoto que, ainda na época, após empequenecer a participação do povo no processo “exalta D Pedro I, apequena José Bonifácio, e inicia a defesa do mito, simpático aos Bragança, e especialmente a Portugal” (RODRIGUES, 1975, v.3, p.35). O historiador ressalta ainda que o Tenente-coronel foi promovido à Brigadeiro por D Pedro I como uma barganha pelo apoio de Pinto Peixoto e da província de Minas Gerais à causa da Independência, após este manter “um comportamento muito suspeito em Minas Gerais como comandante das tropas na crise da Independência” (RODRIGUES, 1975, v.3, p.35).

Ao se referir a tese de Oliveira Lima, José Honório afirma:

O parágrafo inicial com que Oliveira Lima abre seu livro *O Movimento da independência* é um exemplo modelar de interpretação insubsistente. Ele reforçou a tese da incruza da Independência e, pior, instilou a ideia de que tudo não passara de um desquite, e que mesmo amigável era precedido de incompatibilidades, rusgas, desavenças. (RODRIGUES, 1975, v.3, p. 155)

As obras de Varnhagen, Oliveira Lima e Tobias Monteiro são entendidas, por José Honório, como referência na historiografia do período, mas culpadas por perpetuar essa visão conservadora e inexata, segundo ele, a respeito da crueza das guerras na Independência, assim como as obras de Brás do Amaral e Xavier Marques devem ser revistas por entenderem que a guerra se fez apenas na Bahia, “exaltando a vitória baiana” (RODRIGUES, 1975, v.3, p.38). Para Rodrigues, é um erro afirmar que apenas na Bahia

houve guerra, pois tanto a guerra no Maranhão mostrou-se cruenta, quanto soldados de todas as províncias as lutaram, não apenas baianos e maranhenses. Este é outro ponto importante da ideia sustentada pelo historiador. Para que houvesse sucesso na expulsão dos portugueses nessas províncias, e levando em conta que, nelas, houve grande adesão às cortes, foi necessária uma mobilização de forças reunindo soldados e oficiais enviados pelo Rio de Janeiro, Minas Gérias, Pernambuco e outras províncias, em um momento em que José Bonifácio lidera a criação do Exército e da Marinha. Basicamente, a luta era contra Portugal, representado pelas tropas portuguesas que tinham a missão de impedir o rompimento e os muitos brasileiros que à elas se aliavam. Na Bahia, no Maranhão e no Pará onde houve, a princípio, pouca resistência à interferência portuguesa, o resultado foi a guerra. Porém, no Rio de Janeiro e em Pernambuco, por exemplo, a vitória não se deu sem antes expulsarem as tropas portuguesas, mesmo que numa demonstração de forças.

A Bahia e o Maranhão constituem casos excepcionais de falta de resistência, de desencorajamento diante de forças militares e econômicas portuguesas. Ao contrário do Rio de Janeiro e Pernambuco, nelas aos inimigos se unem bandos de antinacionais, sipaios, inconfidentes, traidores que desde a primeira junta pedem às Cortes e ao Rei, mais forças portuguesas para resistirem às expedições do Rio de Janeiro.

A consequência é a guerra, terrível em ambas pelas forças em operações, maiores no Maranhão que na Bahia, ocupando o segundo lugar, em comparação com as guerras de independência em toda a América exceto no México. Veremos a seguir que foi uma minoria consciente que iniciou na Bahia a resistência, formando no interior seu reduto de luta. E sem o auxílio do Rio, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe e de Minas, as dificuldades baianas seriam bem maiores. (RODRIGUES, 1975, v.3, p.159)

Para o autor, “os combates na Bahia, a mortandade de Itaparica, a alma de Joana Angélica e o capelão sacrificado a coices de espingarda desmentem as interpretações frouxas.” (RODRIGUES, 1965, p.36). Ao longo do terceiro volume, José Honório estuda desde as características dos oficiais portugueses bem como sua organização militar, até o envolvimento dos oficiais estrangeiros nas forças armadas brasileiras. A formação do exército brasileiro e da marinha e os custos envolvidos nas campanhas militares compõe o cenário em que o historiador relata a atuação das províncias na guerra da independência.

A guerra teve caráter nacional, e, se foi mais forte na Bahia, no Maranhão, no Piauí e no Pará, foram sempre pré-bélicas as relações entre forças pró e contra-Independência. Teve também caráter brasileiro, porque houve sempre cooperação nacional para combater as tropas portuguesas adversárias da Independência, em qualquer parte do país. (RODRIGUES, 1975, v.3, p.34)

José Honório não apenas diverge da ideia conservadora de uma Independência sem guerras, como sustenta que as da independência brasileira são comparáveis às das demais independências americanas. Mesmo admitindo que não houve uma guerra

formalmente declarada, afirma que ela aconteceu e custou a vida de muitos brasileiros. Para ele, não foi diferente do processo emancipatório das colônias espanholas e inglesas na América no que se refere a números de envolvidos. Porém, a Independência do Brasil sempre foi entendida como uma transferência pacífica de poderes, livre de guerras, conforme já dito. A diferença é que no processo emancipatório da América Espanhola, a historiografia brasileira oficial e conservadora reconhece a crueza do processo, enquanto a mesma historiografia entende a independência brasileira como pacífica. Rodrigues entende de modo completamente o oposto, pois conclui que não apenas nosso processo foi cruento, como chegou, em alguns casos, a ser maior que de muitas independências da América em números de envolvidos.

Na Bahia, segundo os cálculos mais contidos, havia 13000 homens, da Bahia, de Pernambuco, de todo o Nordeste, do Rio de Janeiro, que venceram o General Madeira; no Rio de Janeiro, para expulsar as forças de Ávilaz, reuniram-se entre 8 e 10 mil homens, cariocas na maior parte, mas também paulistas e mineiros, no Campo de Santana [Campo da Aclamação de 1822, da Honra de 1831, e Praça da República de hoje]; no Maranhão, pernambucanos, cearenses, piauienses formaram um corpo que chegou no auge a dezoito mil homens, que derrotaram Fidié.

Se Bolívar, em 1824, chegou a comandar 9000 homens, entre colombianos e peruanos; se San Martín, em 1817, contou com 8000 homens; se o máximo de força do exército de Washington, no verão de 1776, foi de 18000 homens, as forças brasileiras em luta, na Bahia e no Maranhão, ou mobilizadas no Rio de Janeiro, ultrapassam qualquer destas cifras. (RODRIGUES, 1975, v.5, p.228)

O que fica claro ao se entender a visão de José Honório é que não se trata de “elevantar” o status da Independência do Brasil aos níveis de crueza existentes nas outras independências, mas sim um ato de revisionismo histórico, que busca derrubar uma tese predominante na historiografia brasileira. Suas comparações às demais independências parecem, às vezes, soar como um exagero e uma tentativa nacionalista em relação à História do Brasil, como já afirmaram outros historiadores⁷. Porém, o estudo do autor não pode ser reduzido desta forma, pois conta com grande número de informações e fontes primárias apresentadas em uma interpretação que, de fato, põe em cheque a visão ortodoxa de nossa história.

José Honório Rodrigues não fecha os olhos para os significados da guerra da independência, como a dívida adquirida para as campanhas militares e a ausência de ganhos na mudança da estrutura social, como houve, por exemplo, nos Estados Unidos, mas questiona a brandura com que sempre a independência brasileira fora entendida. Para

⁷ Ver Iglesias (1988).

ele trata-se de uma conquista dos que lutaram por ela, conseguida por meio de uma guerra de âmbito nacional, que garantiu a unidade territorial e expulsou as tropas portuguesas em um momento em que a intenção recolonizadora de Portugal era clara. Sob o comando de José Bonifácio foram criados o exército e a marinha nacional, a princípio comandados por ingleses como Cochrane, mas composto por milhares de brasileiros, que garantiram a vitória sobre os portugueses.

Portanto, o autor busca derrubar visão ortodoxa e inexata, segundo ele, de uma independência amigável e incruenta. Pode-se concluir que o processo marcado pelas guerras e campanhas militares caracterizam a revolução sugerida por Rodrigues e contradizem a historiografia oficial.

2.3 A periodização

A periodização nasce, pois, da necessidade que sente o historiador de destacar na sua especialidade o sucessivo encadeamento do processo histórico. Nasce de conhecimento mais profundo das relações do devenir histórico. Em nenhuma parte como aqui o historiador demonstra tanto se ficou na exterioridade ou na superfície do suceder ou se penetrou mais profundamente na essência de uma época. É aqui, ainda, onde ele mostra se é um pedante, um rato de biblioteca, um burocrata da história ou realmente um historiador. (RODRIGUES, 1949, p.113)

A periodização proposta por José Honório Rodrigues para delimitar o período histórico em que se desenvolvem os acontecimentos que marcaram a Independência do Brasil pode ser considerada polêmica por entender o marco histórico como de curta duração, enxergando na partida de D. João VI de volta à sua terra natal em 1821 o início do processo, que se estende até o reconhecimento da Independência por parte de Portugal. Para ele, “em suma se pode dizer que o processo da Independência se realizou entre abril de 1821, com a partida de D. João VI, e agosto de 1825, com o Tratado de Reconhecimento.” (RODRIGUES, 1975, v.5, p.255)

Com esta proposta de periodização, José Honório rompe com a tradição historiográfica que entende o processo de independência como uma continuidade em relação ao regime colonial, usando como marco, quase sempre, a vinda da família real para o Brasil em 1808. Para o autor, esta teoria segue a tese conservadora da Independência, em que não houve rupturas no processo, mas apenas continuidade.

Esta é a opinião conservadora, ortodoxa, da historiografia brasileira: coube a D. João, com seu governo, e a seu filho, promover a emancipação, indireta e diretamente. A Independência não foi uma ruptura; manteve a filiação desde Ourique (1140, fundação de Portugal) até o Ipiranga. Foi uma doação da dinastia; D. João cedeu e transferiu a seu filho a soberania de parte de seu Império. (RODRIGUES, 1975, v.5, p. 256)

O autor não poupa críticas a tal interpretação e, ao mesmo tempo que reconhece a importância de Francisco Adolfo Varnhagen como o pioneiro da historiografia brasileira, concede a ele, também, os créditos negativos pela teoria conservadora da independência. Assim como culpabiliza Oliveira Lima, Tobias Monteiro, Pedro Calmon e outros historiadores que se seguiram por perpetuar essa visão oficial, conservadora e tradicionalista.

Desde então se segue esta tese de Varnhagen, reforçada por Oliveira Lima. “Em verdade o Senhor D. João foi, senão o primeiro fundador, pelo menos o verdadeiro fundador do Império”, como está na 1ª ed. Da *História Geral*, ou como se lê na *História da Independência*: “se bem que... ao Brasil devia, como a quase todas as colônias, chegar o dia de sua emancipação da Metrópole, muito o apressou a vinda família real”. (RODRIGUES, 1975, v.5, p. 256)

Nesta interpretação, segundo explica o autor, é atribuída “à vinda da família real uma importância decisiva na eclosão do movimento emancipador.” (RODRIGUES, 1975). Não é o caso do que propõe José Honório. Para ele, é necessário romper com esta historiografia que tende a glorificar as obras da monarquia, pois a Independência é fruto de um processo de formação do Estado Nacional e as ações da Coroa mais atrapalharam do que ajudaram a emancipação. Um dos argumentos mais importantes para a sustentação desta teoria é a ideia de que, para Rodrigues, desde os fins do século XVIII já existia, no Brasil, uma consciência da dependência econômica de Portugal em relação à sua principal colônia. Uma citação recorrente no decorrer da obra, e que é usado pelo autor como demonstração do cenário da época, é uma frase do poeta e historiador do Brasil Robert Southey, que segundo Rodrigues “escreveu em 1800 que Portugal era agora um país dependente do Brasil: “*So heavy a branch cannot long remain upon so rotten a trunk* (Um galho tão pesado não pode manter-se muito tempo num tronco tão apodrecido).” (RODRIGUES, 1975, v.5, p.213) Para o autor, o Brasil se via com a “revolução brasileira” iniciada já desde os fins do século XVIII, com liberdades comerciais cada vez maiores, antes mesmo da abertura dos portos, enquanto movimentos separatistas explodiam pelas províncias. Começa-se a questionar essa relação colonial antes mesmo de 1808 e, para Rodrigues, “a vinda da Corte não acelerou o desenvolvimento político brasileiro, foi antes seu principal freio, pois conseguiu travar a cadeia sucessiva de

manifestações revolucionárias dos últimos trinta anos.” (RODRIGUES, 1975, v.5, p.215).

Ainda sustenta que o rei foi:

O grande obstáculo à Independência e sua partida desembarçou as dificuldades, animou os patriotas, permitindo o encontro de todos os revolucionários, os sobreviventes dos antigos movimentos libertadores desde 1789 e os da época, republicanos, liberais, radicais e até conservadores, cujos interesses econômicos os faziam partidários da liberdade comercial, ameaçada pela rebelião liberal-burguesa de 1820 em Portugal. (RODRIGUES, 1975, v.5, p.256)

Ao mesmo tempo que data o início do processo de Independência em 26 de abril de 1821, entende que termina aos 29 de agosto de 1825 com o reconhecimento de Portugal, que para José Honório “marcou a conclusão vergonhosa da Independência transformada numa compra por dois milhões de libras esterlinas, um fato talvez inédito na história das emancipações europeias ou americanas.” (RODRIGUES, 1975, v.5, p.256)

O término do processo com o Tratado de Reconhecimento, propõe que a Independência foi conquistada e, apesar de terminar em uma “conclusão vergonhosa”, não tira o fato de que, a partir daí o Brasil era um Estado Nacional, separado de sua antiga Metrópole e com sua soberania e autonomia garantidas, ao menos diplomaticamente. O período que se segue não figura mais como a busca pela Independência do Brasil, mas sim o Primeiro Reinado absolutista de D. Pedro que acaba com sua saída em 1831. Este, portanto, é o período estudado na obra de Rodrigues, os poucos anos em que aconteceram, na visão do autor, a revolução da independência liderada, sobretudo, por José Bonifácio, e a contrarrevolução, com sua deposição em 16 de julho e a dissolução da Assembléia Constituinte em 23 de novembro de 1823, culminando nos Tratados de Reconhecimento tão vergonhosos e caros ao processo histórico brasileiro.

Tal concepção vai na contramão do que, não apenas a Historiografia Conservadora estabeleceu como a periodização da Independência, mas também do que a historiografia surgida a partir da década de 1930 entendeu como marco do processo emancipatório. A partir desta época, nomes como Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda propõe novas perspectivas para o entendimento da Independência. A periodização proposta por Caio Prado em sua *Evolução Política Brasileira (1933)*, por exemplo, ao ver a emancipação como um movimento de caráter revolucionário, em que se chocam os interesses da elite brasileira e os interesses da elite portuguesa dentro de um contexto internacional de colapso do Antigo Regime, segue os caminhos que levam a uma baliza histórica mais alongada, entendendo o processo, como mostrou Wilma Peres Costa,

“transcorrendo entre 1808 – 1831 e, em certas dimensões, até 1850.” (COSTA, 2005, p.78).

O certo é que se os marcos cronológicos com que os historiadores assinalam a evolução social e política dos povos se não estribassem unicamente nos caracteres externos e formais dos fatos, mas refletissem a sua significação íntima, a independência brasileira seria antedatada de quatorze anos, e se contaria justamente da transferência da Corte em 1808. (PRADO, 1986, P. 47)

Da mesma forma, Sérgio Buarque de Holanda em “*A herança colonial – sua desagregação*”, entendeu a Independência datando-a entre 1808 – 1831, com chances também de extensão da data, porém retirando do movimento qualquer caráter revolucionário, compreendido como um longo processo de caráter conservador que finda apenas com a abdicação de D. Pedro em 7 de abril de 1831.

A independência fora lançada desde 1808 com a monarquia portuguesa: faltava apenas consolidá-la com a monarquia brasileira e constitucional. (HOLANDA, 1992, p. 157)

Assim, pode-se entender que estas duas periodizações propostas a partir da década 1930, mesmo tendo oferecido interpretações diferentes em relação à historiografia tradicional, entendem que o processo emancipatório brasileiro deve ser entendido como longo, dando à transferência da Corte para o Brasil em 1808, importância decisiva para o início do que viria se concretizar como a Independência do Brasil.

Ao analisar a historiografia brasileira da Independência, Wilma Peres Costa estabelece como método de análise relacionar as interpretações mais importantes, identificando-as entre as que fazem prevalecer o sentido continuidade do que seria o movimento separatista e as que o estabelecem como uma ruptura entre dois períodos. Ao mesmo tempo que entende que a teoria de José Honório privilegia o caráter de ruptura do processo, Wilma conclui que Sérgio Buarque de Holanda o vê como uma continuidade do sistema monárquico tão caro à nossa história, enquanto Caio Prado Júnior tanto enxerga a Independência como ruptura, por se tratar de uma revolução evidenciada na luta de classes, quanto conclui existir uma continuidade do caráter conservador nas estruturas sociais. Desta forma, pretendemos demonstrar como prevaleceu, de maneiras diferentes, até o momento em que José Honório escreveu seus cinco volumes, a ideia de interpretar a Independência como um resultado de um longo processo iniciado em 1808.

A periodização de Rodrigues, portanto, vai na contramão. Privilegia o caráter nacional do movimento, buscando utilizá-la também como ferramenta do entendimento da interpretação que lançou sobre o período. O foco não está, para ele, nas obras da

Monarquia, mas sim na condução do ministério de José Bonifácio e na criação da Assembleia Constituinte. Depois do banimento do patriarca e da dissolução da Assembleia, a Independência ainda não se consolidara, apenas tomava o caráter contrarrevolucionário. A compra da Independência, conforme já citado, garante a separação, mas caracteriza uma “conclusão vergonhosa”, nas palavras de José Honório.

Portanto, percebe-se que o autor entende a Independência como um momento histórico de curta duração, em um processo nacional de conquista da soberania, marcado pela revolução e contrarrevolução, conforme citado, constituindo uma interpretação que privilegia o período do ministério de José Bonifácio, ao contrário da historiografia conservadora e dos historiadores revisionistas que surgem a partir da década de 1930. A periodização de Rodrigues, bem como sua interpretação, não figurou influência decisiva na historiografia mais recente, em que as periodizações mais estendidas continuam sendo aplicadas ao período.

Capítulo 3. O lugar da obra na historiografia brasileira

3.1 A vitória permanente da contrarrevolução

Pode-se, para mostrar o contraste entre uma e outra, dizer que, enquanto a revolução atinge especialmente a propriedade agrária, a estrutura econômica e social, a contra-revolução reforma instituições públicas, faz constituições, reformas jurídicas e eleitorais, tocando só na superestrutura, aperfeiçoando os métodos de domínio, beneficiando as classes dirigentes. (RODRIGUES, 1975, v.5, p.231)

Durante as pesquisas para a realização deste trabalho, entendeu-se que para trazer *Independência: revolução e contra-revolução* como objeto de estudo era necessário entender o lugar que ocupa a obra no cenário da historiografia brasileira. Porém, no decorrer das leituras percebeu-se que a obra cumpre papel fundamental na demonstração de uma das teses mais conhecidas do autor: a vitória permanente da contrarrevolução no processo histórico brasileiro. Esta relação da obra com tal tese de José Honório foi expressa, por exemplo, no texto já citado de Francisco Iglesias:

Com a obra, o autor comprova uma de suas teses mais queridas e corretas: a da permanente vitória da contra-revolução no país. A independência poderia e devia ter sido uma revolução, de modo a fundar as bases nacionais em terreno popular e liberal, mas foi empalmada pelos donos da situação que acabaram por conduzir o processo, orientando-o em função de seus interesses. E a nação foi fundada à sua maneira e semelhança, com a derrota e o afastamento dos que pensaram a independência, lutaram e às vezes morreram por ela. Como se deu, não significou ruptura, mas continuidade da ordem discriminatória e privilegiadora de grupos. (IGLESIAS, 1988, p. 68)

Iglesias sugere a teoria de que *Independência: revolução e contra-revolução* é um exemplo da permanente vitória da contrarrevolução na História do Brasil, ideia que José Honório apresenta ainda em *Conciliação e Reforma* ao afirmar que “as colisões e antagonismos entre as forças renovadoras e a liderança arcaica foram sempre o aspecto político dominante no Brasil e daí as monstruosidades sociais e educacionais que presenciamos” (RODRIGUES, 1965, p.17). O historiador Carlos Guilherme Mota, em seu texto “*José Honório Rodrigues: a obra inacabada*”, assim se refere às ideias de Rodrigues:

Honório alinhava-se ao lado dos vencidos, denunciando os mitos da história "cordial" do Brasil numa época em que era difícil fazê-lo (hoje é moda), analisando a vitória permanente da contra-revolução ("há um esboço de revolução, vem a contra-revolução que reprime e extrai algumas poucas teses do movimento inovador e as aplica a seu modo, conciliando e esvaziando o conteúdo histórico", disse-me certa vez numa mesa-redonda organizada pelo

Jornal da Tarde) ao longo da nossa história, revelando a história cruenta e criticando os sipaios brasileiros, que têm os pés no País, mas o coração em outro lugar. (MOTA, 1988, p.108)

No caso, na visão do historiador, entende-se que existe um modelo de relações de poder entre a liderança e o povo que se repete durante os períodos por que passa a História do Brasil. A liderança sempre agiu de modo antirreformista, empreendendo “reforminhas” com fins de conciliação com a sociedade quando não havia outra alternativa, mas principalmente, impedindo qualquer reforma verdadeira que pudesse de fato alterar os rumos do desenvolvimento brasileiro e aumento, segundo Rodrigues, o dissídio entre Poder e Sociedade.

O dissídio se manifesta especialmente na falta de integração social, pois praticamente dois terços do povo brasileiro são marginalizados, vivem na periferia do Poder, nada têm a ver com ele, não participam da sua constituição, não tem vida cívica e sofrem do mais completo desinteresse da parte dos Poderes.

As coisas antigas se passaram, e nunca nada se tornou novo, porque a liderança nunca se reconciliou com o povo. (RODRIGUES, 1965, p.14)

Na grande maioria das vezes conservadora, na opinião de José Honório, a liderança nacional produziu alguns poucos estadistas de cunho reformista. Para o autor, “o processo histórico brasileiro compõe-se mais de instantes de retardamento que de instantes de aceleração e a liderança tem sido mais dominadora que criadora” (RODRIGUES, 1965, p.18). No entanto, houve momentos em que a o Poder pode ser representado por figuras que não expressavam o desejo de frear o desenvolvimento do país. Um exemplo, na visão de Rodrigues, é José Bonifácio. Ao liderar independência, o patriarca encarna a reforma, evidenciada em suas aspirações e seu plano de governo durante o período em que esteve à frente de seu ministério, além de suas conquistas ao administrar os conflitos que levaram à separação do Brasil.

Para o autor, é incorreto afirmar que o povo brasileiro sempre aceitou seu destino e nunca se rebelou. A História do Brasil deve ser encarada por momentos de conciliação, pois de fato é uma de suas características, no entanto, deve-se sempre destacar que ao mesmo tempo em que conciliava, o povo brasileiro se rebelava. Assim, o autor afirma que o processo histórico brasileiro é marcado sobretudo por momentos de intensa batalha entre os interesses dominantes e as aspirações do povo. A liderança, por vezes evita o derramamento de sangue com a prática da conciliação, em outros momentos é inflexível, e aí as batalhas, ressurreições e rebeliões evidenciam a crueza do processo. Para José Honório, essa é a dinâmica da História do Brasil, sobretudo a partir da Independência.

Conforme demonstrado anteriormente, para Rodrigues a Independência é uma história cruenta, de caráter revolucionário por conta da Guerra e do governo de José Bonifácio. Porém, é a obra contrarrevolucionária da liderança de D. Pedro I, apoiado pela elite antirreformista, que coloca o processo de separação com Portugal no caminho que mantém a dissociação entre o poder e a sociedade na construção do caráter nacional, relegando para o povo brasileiro a perpetuação das estruturas sociais que sustentam os privilégios da elite dominante e os males do subdesenvolvimento que atingem a grande maioria da população até os dias atuais. Desta forma, a obra objeto de estudo deste trabalho, deve ser entendida também dentro da concepção de que nela o autor busca comprovar duas teses: de que a história do Brasil tem seus momentos cruentos e de que a liderança e a elite brasileira, têm encarnado a contrarrevolução por agirem sempre em seus próprios interesses, impedindo o verdadeiro desenvolvimento nacional.

Da mesma forma conclui Érika Uhiara em sua tese de mestrado, após analisar brevemente as ideias do autor sobre a Independência:

Porém, este período apresenta, segundo José Honório Rodrigues, uma outra face da dinâmica da história que se mostra recorrente: a continuidade existente no processo histórico brasileiro. Rupturas, para o historiador fluminense, ocorreram na revolução francesa, na revolução americana, cubana e chinesa, mas não no processo de independência política do Brasil. No Brasil, este processo de ruptura estava muito fortalecido durante a Independência, porém, com o afastamento de José Bonifácio, a revolução fora paralisada e encerrada com o golpe de D. Pedro I que, ao dissolver a Assembleia Constituinte em 1823, conseguiu manter a estabilidade da nascente nação. Para Rodrigues, vitoriosa é a contrarrevolução na história brasileira. (UHIARA, 2014, p.67)

Carlos Guilherme Mota, ao analisar a perspectiva de Rodrigues como historiador combatente e preocupado com “Questão Nacional”, destaca também “*Independência: revolução e contra-revolução*” na historiografia do autor:

Aí se encontra a pedra angular da teoria da história do Brasil de Honório. Todos seus atos, pesquisas e ensaios ligam-se à procura da história nacional, mas não em perspectiva simplista ou conservadora. A chamada Questão Nacional, a irresolução do Brasil, enquanto país moderno e auto-suficiente, assume, em sua visão de história, importância central. Daí dedicar-se febrilmente enquanto historiador a temas decisivos como a Independência: Revolução e Contra-Revolução, obra em cinco volumes[...] (MOTA, 1988, p.109)

Desta forma, entende-se que a obra de José Honório deve também ser entendida dentro de uma perspectiva mais ampla na historiografia do próprio autor, tanto como demonstração da incruza do processo histórico brasileiro, como exemplo do conservadorismo da elite arcaica brasileira em relação ao desenvolvimento nacional, que significa, para o país, a vitória permanente da contrarrevolução.

3.2 Uma obra nacionalista

Independência: Revolução e Contrarrevolução, conforme já citado, nasceu no contexto que envolveu o sesquicentenário, sendo encarada pelos mais recentes trabalhos analisados como uma interpretação nacionalista⁸. Não que seja citada dentro das obras que compõe as interpretações festivas e oficiais elaboradas basicamente para fins políticos, também porque não poderia, o fato é que as conclusões de Rodrigues não ecoam nos meios universitários e a produção historiográfica posterior tenderia a quase ignorá-las. Ao encarar a Independência como uma revolução de âmbito nacional, transferindo o foco do movimento para a atuação do ministério de José Bonifácio e rompendo com a visão de continuidade em relação à vinda da família real e o Sete de Setembro, ao mesmo tempo que afirma que a guerra da independência no Brasil compara-se às demais guerras da independência na América⁹, não convenceu a academia. Para a historiografia que viria a seguir, essa interpretação foi marcada pelo nacionalismo, que fez com que a obra tentasse responder a questões pré-concebidas pelo autor. O próprio José Honório, no prefácio, admite não se arrepende dos entusiasmos empreendidos em seu trabalho, encarando-o como uma missão pátria.

Por isso não me arrependo de alguns ardores entusiásticos e apaixonados, pois vibro e me arpeio com as grandes causas nacionais. [...]

Assim procuramos nesta obra guardar e transmitir pela virtude da história o precioso legado da Independência. Esta é a inspiração do livro. O enredo da nossa história é a busca e a conquista da liberdade. (RODRIGUES, v.1, Prefácio)

De fato, José Honório garante à Independência papel decisivo na construção do Estado Brasileiro e atribui uma grandiosidade aos feitos do período que não é vista nas demais contribuições que a historiografia competente oferece. Porém, em nenhum momento encontra-se a obra ausente de metodologia ou fontes primárias. Pelo contrário, é no levantamento destas fontes que o autor embasa toda sua teoria. Wilma Peres Costa, mesmo definindo a obra de Rodrigues como “jacobina e nacionalista”, reconhece o mérito do autor no grande levantamento de fontes primárias utilizadas ao longo dos cinco volumes.

No campo da oposição ao regime, a indagação nacionalista transparecia na obra do historiador José Honório Rodrigues (1913-1987), que, em 1972 contrapunha ao espetáculo promovido pelo regime uma versão nacionalista e jacobina da Independência, feita em cinco volumes, talvez o mais alentado

⁸ Ver Costa (2005, p.86)

⁹ Sobre esta teoria, ver Rodrigues (1975, v.5, p.228)

esforço de reunião de fontes e documentação realizado até então. (COSTA, 2005, p.86)

No mesmo texto, a autora cita a interpretação da Independência por parte de José Honório como uma “cruzada cívica”, relacionando sua execução com o momento vivido pelo autor na década de 1970, reduzindo as intenções de Rodrigues à uma contraposição ao regime militar. Neste caso, para ela, houve uma:

supervalorização das dimensões militares da Independência, em que o caráter popular e revolucionário das forças armadas dessa época era afirmado de molde que fosse contrastado com as ações antipopulares da ditadura militar. Assim, ele sustentava que a Independência havia sido uma revolução. (COSTA, 2005, p.87)

Não são muitas linhas as dedicadas à José Honório no texto em que Costa se propõe a analisar as mais influentes obras na historiografia do tema, porém o historiador não deixa de ser considerado. A autora destaca a importância das produções surgidas entre as décadas de 1960 e 1970, por considerar o grande número de publicações surgidas no bojo do sesquicentenário e que se mostraram relevantes para o tema. A obra de Rodrigues é citada como resposta às efemérides do sesquicentenário, e a autora explica de modo resumido alguns pontos da tese do autor, mas não indica que essas ideias tiveram respaldo ou influência na historiografia da época ou da que viria a seguir, diferente dos demais trabalhos que compõe as obras surgidas no período, indicados pela autora como de grande influência para historiografia do tema.

Outro autor que traz à luz a visão de José Honório sobre a Independência é Francisco Iglesias, em seu texto *José Honório Rodrigues e a Historiografia Brasileira* em que explica a historiografia do autor analisando algumas de suas mais importantes obras. Diferente do texto de Costa, o de Iglesias não trata da Independência, mas sim da produção de Rodrigues. Portanto, nele, a visão de José Honório sobre o tema aparece dentro de sua produção historiográfica. Nesta análise, em que Francisco Iglesias classifica a produção de José Honório em: “Teoria, metodologia e historiografia”, “História de temas”, “Ensaio historiográfico” e “Obras de referência”, *Independência: revolução e contra-revolução* encontra um lugar no campo das histórias de temas. Após uma análise das obras de José Honório a respeito de teoria, metodologia e historiografia, em que destaca a quantidade de produções e o pioneirismo do historiador no estudo destas matérias, o autor passa a analisar as histórias de temas produzidas por Rodrigues. E conclui:

O escrito mais pretensioso e bem realizado na categoria ora em exame é *Independência: revolução e contra-revolução*. Editado em 1976 em cinco volumes, perfazendo 1.464 páginas, o livro foi feito para comemorar os 150 anos da independência, em 1972, data tão mal-relembrada. Como é comum, fez-se quase só história comemorativa - melhor dizer badalativa -, sem maiores estudos, de modo que o tema fundamental não teve aprofundamento sensível. A exceção é exatamente o largo trabalho de José Honório, que nada tem de circunstancial. Trata da independência em seu todo, nos vários aspectos: evolução política, economia e sociedade, forças armadas, liderança nacional e política internacional. Todos os temas supõem apurada investigação nas fontes primárias, de modo a ter-se o quadro completo. (IGLESIAS, 1988, p 68)

Mais à frente em seu texto, Iglesias ainda destacaria a obra, afirmando que “o livro de José Honório Rodrigues é a melhor contribuição à historiografia da época, lucrando com novas dimensões” e colocando-a ao lado de algumas das mais importantes produções no assunto como as contribuições de Varnhagen, Oliveira Lima e Tobias Monteiro (IGLESIAS, 1988, p.69). Porém o autor não segue a análise sem esboçar uma visão crítica da produção de José Honório, dando o reconhecimento devido ao primeiro tomo “*A Evolução política*” na apresentação de fontes, mas destacando a falta de coesão e síntese entre os cinco volumes e o excesso de citações repetidas no decorrer da obra, por mais que reconheça o caráter revisionista empregado em sua execução. Ao comentar o terceiro volume “*As Forças Armadas*”, Iglesias ressalta que é onde José Honório tem a chance de provar sua tese do “caráter cruento do processo nacional”, mas “não chega a convencer”.

O terceiro volume, sobre as forças armadas, é longo por ver a independência como revolução, guerra, e não compromisso amigável. O autor tem aí a possibilidade de evidenciar sua tese de caráter cruento do processo nacional. Chega mesmo a algum excesso, querendo tenha sido tanto ou mais cruenta a luta aqui que na América inglesa ou na espanhola, com suas batalhas sem conta, demoradas e com número excessivo de mortos - em análise que não chega a convencer. O importante a consignar, nesse volume como no primeiro, é o caráter revisionista, marca do autor, nada apegado ao modelo oficial, repetido pela falta de sentido crítico ou amadurecimento no comum dos dedicados ao ofício. (IGLESIAS, 1988, p. 69)

Tanto Wilma Peres Costa quanto Francisco Iglesias, além de entenderem a produção de José Honório como fruto do período que envolveu o sesquicentenário, destacam positivamente o exaustivo trabalho de José Honório em cima das fontes primárias, e reconhecem aí seu pioneirismo. Do mesmo modo, Jurandir Malerba em seu texto “*Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil*”, que compõe seu livro “*A independência brasileira: Novas Dimensões*”, uma reunião de textos de diversos historiadores, destaca o caráter documental da obra de Rodrigues:

“Talvez a tentativa de estabelecimento de referenciais historiográficos do processo de independência mais bem-sucedida seja a proposta por José Honório Rodrigues. Pioneiro e entusiasta dos estudos historiográficos no Brasil, Rodrigues não poderia deixar de incluir uma carta de orientação

bibliográfica de estudos da independência na grande obra histórica que deixou sobre o tema. (MALERBA, 2006, p.31)

Malerba, do mesmo modo que Costa, destaca a periodização proposta por Rodrigues para o processo da independência. A escolha por ver um processo de curta duração e a crítica aberta à historiografia oficial, são os aspectos da obra de Rodrigues que tem merecido atenção nos estudos historiográficos, mesmo que como uma alternativa não convincente. Porém, o caráter nacionalista é comumente destacado nas análises. No mesmo livro de Malerba, a obra de José Honório é referência de escola nacionalista, conforme destacado no trecho abaixo que se encontra texto “*Muralhas da independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-25)*” de Hendrix Kraay. Trabalhando a participação popular no processo, ele constata que a historiografia do tema não tem contribuído para o entendimento desta questão. Criticando tanto uma versão tradicional, quanto a que coloca a independência como resultado de uma “crise do antigo sistema colonial”, o autor cita uma escola nacionalista que também não enxerga aspectos mais amplos desta participação. Como nota de rodapé que exemplifica a tradição nacionalista, encontra-se o livro de Rodrigues.

Uma escola nacionalista de historiadores, mais antiga, viu a desordem social e política no Norte como tentativas de destruir a união nacional, deixando assim de reconhecer os sofisticados projetos políticos que emergiam naquelas lutas. (KRAAY, 2006, p.307)

Por fim, pode-se concluir que a obra tenha sido tratada pela historiografia, sobretudo acadêmica, como um registro historiográfico, de grande contribuição na citação de referências bibliográficas do tema, mas que apresenta uma tese que parece superada no meio acadêmico, sendo entendida como uma obra nacionalista em que os anseios do autor se sobrepõe aos argumentos apresentados. João Paulo G. Pimenta, Professor Doutor da Universidade de São Paulo, em seu texto “*A independência do Brasil como revolução: história e atualidade de um tema clássico*”, assim define a obra de Rodrigues:

Em sua concepção geral, a Independência que nos oferece Rodrigues é anacrônica, distorcida por ideias pré-concebidas e descabidas; contudo, carregada de expectativas esperançosas em relação à superação de um incômodo presente nacional vivido pelo autor, seu resultado é também um documento historiográfico de como *independência e revolução* puderam caminhar de mãos dadas na história da historiografia brasileira. E justamente por corresponder a anseios coletivos da época em que foi publicado, o livro de Rodrigues encontraria um respaldo não-desprezível, mais fora do que dentro de círculos especializados. (PIMENTA, 2009, p.64)

Não é intenção deste estudo concordar ou discordar de José Honório ou dos autores citados, apenas entender o lugar que a obra ocupa na historiografia. Sendo assim,

fica claro que autores referência no estudo da historiografia da independência como Costa, Malerba e Pimenta, não avaliam a obra de Rodrigues como referência no estudo do período. O caráter nacionalista presente na obra em questão parece se sobrepor a uma extensa e rica interpretação de um cânone da historiografia brasileira. De qualquer modo, a obra é citação quase sempre comum nos trabalhos do tema, mesmo que seja como um exemplo de visão não endossada pela historiografia moderna brasileira.

Considerações finais

Não sendo objetivo deste estudo defender como proposta mais correta a interpretação de Rodrigues sobre a Independência do Brasil, também não é intenção refutá-la. A proposta inicial foi entender a tese do autor, baseado no lugar que ocupa como historiador e na inexistência de trabalhos que se dedicaram a este ponto de sua historiografia. Porém, durante a pesquisa notou-se que “*Independência: revolução e contra-revolução*” não figura dentre as obras que definiram o entendimento do período para a historiografia atual. Tal constatação se deu junto com a concepção de que para se estudar uma obra histórica, é preciso colocá-la em perspectiva historiográfica, entendendo que seja fruto de um momento histórico do autor e da sociedade em que fora concebida, ao mesmo tempo que de alguma maneira se insere na historiografia do tema. A partir deste ponto metodológico, pretendeu-se apresentar a obra e historicizá-la.

A primeira conclusão, portanto, é de que a obra não definiu os rumos teóricos dos estudos posteriores sobre a independência, sendo a imensa apresentação de fontes contida na obra seu principal atributo considerado na historiografia posterior. As demais obras do tema surgida no mesmo período da publicação de Rodrigues, como as de Emília Viotti, Fernando Novais e Maria Odila, muito impactaram nos estudos que viriam a seguir, ao passo que a tese de José Honório foi relegada a uma condição de ultrapassada pela historiografia moderna. Seu caráter nacionalista encobriu seus feitos historiográficos para uma geração de historiadores que tendem a ver o nacionalismo como ferramenta ideológica prejudicial na construção de um pensamento. Neste caso, para eles, José Honório buscou, por meio de seu trabalho, responder aos seus próprios anseios.

Como segunda conclusão, destaca-se que *Independência* deve ser entendida dentro do pensamento mais amplo de Rodrigues, em que tal período representa, para o autor, uma relação entre poder e sociedade que viria a se repetir no processo histórico brasileiro.

Por fim, sugere-se que o entendimento da obra deve caminhar no sentido do peso atribuído à contrarrevolução. Ela define, infelizmente, os rumos do período, na visão do historiador. Se possui aspectos revolucionários, sua conclusão é trágica. Este é o ponto de sucesso na obra, a ideia que o processo não foi pacífico e a soberania nacional foi conquistada, porém a contrarrevolução é quem coloca o país no absolutismo, perpetua as

desigualdades, a escravidão e adquire uma dívida externa gigantesca e vergonhosa, ao mesmo tempo que perpetua estruturas sociais e relações de poder caras ao povo brasileiro.

O nacionalismo de José Honório busca a superação dos grandes problemas nacionais como forma de pensar o desenvolvimento nacional, e sua ferramenta é a História. Por meio dela, o historiador busca munir o brasileiro do conhecimento dos fatores que levaram o país a tantos problemas, ao subdesenvolvimento eterno. Muitos desses fatores, para ele, surgiram com a Independência. Por isso, a atenção que dedicara ao período. Porém, o autor em nenhum momento abandona a teoria e metodologia necessárias para o ofício do historiador.

Neste estudo não se buscou refutar ou concordar com José Honório Rodrigues, e muito menos julgar as análises dos competentes historiadores citados, apenas entendeu-se que a obra merece ser revisitada. Também se admite que muitas outras contribuições trazidas na obra não foram trabalhadas e a gama de assuntos trabalhados pelo autor vai além do que caberia ser citado neste trabalho, sugerindo outras possibilidades de estudos futuros.

Assim, entendendo a obra histórica como documento e objeto de estudo, espera-se ter contribuído com o debate historiográfico, melhorando o caminho para o entendimento do que representou José Honório Rodrigues e sua obra, *Independência: revolução e contra-revolução*, para a historiografia brasileira.

Referências Bibliográficas

COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: Carlos Guilherme Motta. *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1968.

COSTA, Wilma Peres. A Independência na historiografia brasileira. In: Jancsó, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.

GLEZER, Raquel. *O Fazer e o Saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de Análise Historiográfica*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2v., 1976.

GONTIJO, Rebeca. José Honório Rodrigues e a invenção de uma moderna tradição. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira et al (Orgs.) *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira: o Processo de Emancipação*. 11ed. S/L. Beltram Brasil, 1992.

IGLESIAS, Francisco. *José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira*. Estudos Históricos In: *Caminhos da História*, v. 1, n. 1, CPDOC, 1988.

KRAAY, Hendrik. Muralhas da independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-25). In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MALERBA, Jurandir. *Em busca de um conceito de Historiografia: elementos para uma discussão*. In: *Revista Varia Historia*, Belo Horizonte, nº, 27, 2002.

MALERBA, Jurandir. *As Independências do Brasil: ponderações teóricas em perspectiva historiográfica*. In. *Revista História*, v. 24, n. 5. Franca, 2005.

MALERBA, Jurandir (org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MOTA, Carlos Guilherme. *José Honório Rodrigues: a obra inacabada*. Estudos Avançados, v.2, n. 3, São Paulo, 1988.

PIMENTA, João Paulo G.; *A independência do Brasil como revolução: história e atualidade de um tema clássico*. in: *História da Historiografia*, v. 2, n. 3, 2009.

PRADO, Caio J. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986. (1ª edição: 1933)

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. 1ª ed, São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

RODRIGUES, José Honório. *Aspirações Nacionais. Interpretação Histórico-Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

RODRIGUES, José Honório. *Independência: Revolução e Contra-revolução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 5 v, 1975.

UHIARA, Érika. *Ensaio de José Honório Rodrigues: em busca de uma historiografia brasileira*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2014.